

Saúde O GLOBO 20 FEV 1999

Pressão de fornecedores reduz marcapassos no SUS

Enquanto Governo negocia aumento de preço com fabricantes, hospitais só fazem 20% dos implantes

Isabel de Paula

• BRASÍLIA. A pressão dos vendedores de marcapasso para aumentar o preço do produto já teria provocado uma redução de 80% nas cirurgias de correção de arritmia cardíaca realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A Associação dos Fabricantes de Produtos Médicos, que representa as seis empresas fornecedoras de marcapassos ao SUS, informou que os implantes do aparelho na rede pública e conveniada estão restritos aos casos de emergência, que correspondem a 20% do total.

O desabastecimento de marcapassos nos hospitais começou há três semanas, desde que as empresas começaram a pressionar o Governo a conceder um reajuste médio de 66% para o produto, além da isenção do Imposto de Importação. Na última reunião com o Governo, na quinta-feira passada, as empresas conseguiram a isenção do Imposto de Importação, hoje de 11%, mas recusaram a proposta de aumento de 13,59%. Uma nova reunião será realizada segunda-feira para negociar o reajuste nos preços dos marcapassos e a retomada do fornecimento.

Hospitais só liberam estoques, a novo preço, para emergências

As empresas deixaram marcapassos sob consignação nos hospitais, mas como não se chegou a um consenso sobre o reajuste, o produto só pode ser usado em caso de emergência. Cada hospital precisa provar em documento que o caso foi emergencial. Caso contrário, tem de pagar um preço

mais alto, que ainda não foi autorizado pelo Ministério da Saúde.

Segundo o diretor da Associação dos Fabricantes de Produtos Médicos, Ronaldo Pitta, existem hospitais sem o produto.

— Os hospitais podem usar o produto, mas para isso precisam pagar o preço que temos liberdade de praticar— afirmou.

Ministério propõe reajuste de 13%, que fabricantes rejeitam

O secretário-executivo do Ministério da Saúde, Barjas Negri, disse, após a última rodada de negociação com os empresários e técnicos da área econômica, que ainda não é possível calcular a redução no número de implantes de marcapassos no SUS. Barjas Negri sustentou que o reajuste de 13,59% e a isenção do Imposto de Importação proposto pelo Governo é suficiente para corrigir a defasagem cambial alegada pela indústria.

Na prática, os fornecedores teriam um reajuste de 24,59% e o Governo gastaria mais R\$ 5 milhões por ano com a compra de marcapassos.

Os empresários argumentam, no entanto, que estão sem reajuste desde 1994 e para recompor seus preços precisam de no mínimo 31% de aumento, o que elevaria o custo do marcapasso mais simples de R\$ 2.524 para R\$ 3.400. Também reivindicam que o SUS passe a comprar outros cinco tipos de marcapassos mais sofisticados.

O SUS gasta R\$ 40 milhões por ano com a compra de 12 mil marcapassos. O Governo compra 90% dos marcapassos importados pelas empresas do setor. ■